mento moral dos presos, preparando-os para a sua reentrada na vida livre como elementos úteis na sociedade.

O presente decreto-lei estabelece e regula o trabalho prisional nos estabelecimentos penais dependentes do Ministério do Exército, de acordo com as regras já consagradas pela obra a este respeito realizada pelo Ministério da Justiça.

E assim:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os militares presos poderão ser obrigados a trabalhar de acordo com as suas aptidões, tendo-se em atenção as graduações e postos. Aos oficiais serão atribuídos trabalhos de harmonia com a sua condição e que não colidam com as normas de disciplina nem com as exigências do regime prisional. Aos detidos preventivamente é aplicável o disposto no artigo 262.º do Decreto-Lei n.º 26 643.

Art. 2.º O trabalho dos presos pode executar-se dentro ou fora dos estabelecimentos prisionais.

Para o trabalho no exterior dos estabelecimentos prisionais poderá o Ministro do Exército ordenar a organização de unidades devidamente comandadas e enquadradas, dispondo de elementos para a sua administração, guarda e vigilância dos presos.

Art. 3.º Por acordo entre os Ministros do Exército e da Justiça, os reclusos dos estabelecimentos prisionais militares poderão ser destacados para trabalhos dependentes deste último Ministério.

Art. 4.º O trabalho dos reclusos terá normalmente um fim de utilidade pública, e aos proventos dos presos será dado destino de acordo com os princípios enunciados no artigo 279.º do Decreto-Lei n.º 26 643.

Art. 5.º Os reclusos, em princípio, deverão trabalhar separados entre si, segundo as respectivas categorias prisionais, e todos da população livre.

Art. 6.º No trabalho dos reclusos observar-se-ão as normas que protegem a vida e a saúde dos operários livres, na parte aplicável e compatível com o regime prisional militar.

Art. 7.º O Ministério do Exército regulamentará em portaria a execução do presente decreto-lei.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 20 de Julho de 1953. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Joaquim Trigo de Negreiros — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — Artur Aguedo de Oliveira — Adolfo do Amaral Abranchedes Pinto — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Paulo Arsénio Viríssimo Cunha — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Manuel Maria Sarmento Rodrigues — Fernando Andrade Pires de Lima — Ulisses Cruz de Aguiar Cortês — Manuel Gomes de Araújo — José Soares da Fonseca.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Superintendência dos Serviços da Armada

Repartição do Pessoal

Portaria n.º 14 461

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, aumentar ao efectivo dos navios da Armada, em 13 de Julho do corrente ano e na situação

de armamento normal, um draga-minas com a designação de *Horta* e a seguinte lotação provisória:

Oficiais		
Primeiro-tenente	1	
Segundos-tenentes	3	4
Sargentos e praças do Corpo de Marinheiros da Armada		
1.ª brigada		
Marinheiros-artilheiros	2	
Primeiro-grumete artilheiro	1	3
2.ª brigada		
Primeiro-sargento artífice condutor de máquinas	1	
Segundo-sargento artífice condutor de máquinas	1	
Cabos artífices condutores de máquinas	2	
Marinheiros fogueiros motoristas	4	
Primeiros-grumetes fogueiros motoristas	2	
Cabo electricista	1	
Marinheiros electricistas	2	
Marinheiro torpedeiro detector	1	
Marinheiros radiotelegrafistas	2	
Primeiro-grumete radiotelegrafista	1	
Marinheiro radarista	1	18
3.ª brigada		
Primeiro ou segundo-sargento de manobra	1	
Cabo de manobra	1	
Marinheiros de manobra (a) 7	7	
Segundos-grumetes	2	
Cabo enfermeiro	1	
Primeiro ou segundo-cozinheiro	1	
Primeiro ou segundo-criado	1	14
<i>Total</i>		39

(a) Das praças de manobra duas devem ser sinaleiros.

Ministério da Marinha, 20 de Julho de 1953. — O Ministro da Marinha, *Américo Deus Rodrigues Thomaz*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Gabinete do Ministro

Decreto-Lei n.º 39 285

Em virtude do grande incremento de trânsito, originado pela Ponte Marechal Carmona, na estrada nacional entre Lisboa e Vila Franca de Xira, reconheceu-se a urgente necessidade de melhorar esta ligação, e, estudado o problema em todos os seus pormenores, verifica-se que a solução técnica e economicamente preferível consistirá na construção de uma nova via de comunicação com características adequadas à intensíssima circulação que terá de suportar.

Por se tratar de um melhoramento de grande vulto, há-de proceder-se à sua execução por fases, mas mesmo estas excederão, no custo e nos prazos de realização, as obras correntes da Junta Autónoma de Estradas, pelo que não poderão ser adjudicadas com observância da limitação de encargos a assumir por aquele organismo estabelecida pelo artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 35 434, de 31 de Dezembro de 1945, com a nova redacção que lhe foi dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 37 525, de 17 de Agosto de 1949.